



2015/19

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBUFEIRA POENTE

9.ª Reunião

ATA DO CONSELHO GERAL

Esta ata contém:

Páginas 5 Anexos: 0

---- Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas e trinta minutos, na sala Mary Grace (Bloco B) da Escola Secundária de Albufeira, sob a presidência do Professor Jorge Serra, de acordo com o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº137/2012, de 2 de julho e nos termos do Regulamento Interno, reuniu-se o Conselho Geral.-----

---- Estiveram presentes, os membros, Carlos Emanuel Vieira (representante da comunidade local), Dinis Nascimento (indicado pela Autarquia), João Patacão (representante dos Pais da Escola Secundária de Albufeira), Inaleta Cabrita (indicada pela Autarquia), José Carlos Martins Rolo (indicado pela Autarquia), Luls Dionísio, Maria Celeste Carvalho, Luisa Adrião (em substituição de Lurdes Cristóvão), Maria de Lurdes Afonso, Maria de Lurdes Máximo, Maria de Lurdes Pereira, Marta Sofia Gregório (representante dos encarregados de educação do primeiro ciclo), Roberta Silva Gerardo (representante dos encarregados de educação dos Jardins de Infância) Rute Labisa (representante dos encarregados de educação dos segundo e terceiro ciclos). Esteve também presente o senhor diretor Aurélio Nascimento.-----

---- Registou-se a ausência dos conselheiros, Cadi Candó, Jorge Sequeira, José Carlos Leandro, Nuno Manuel Neto, Maria Manuela Seufert, e Raíçola Martins.-----

--- A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:-----

---- Ponto um: Tomada de posse dos novos conselheiros;-----

---- Ponto dois: Informações;-----

---- Ponto três: Análise e votação do Plano Anual de Atividades;-----

---- Ponto quatro: Definição e aprovação das linhas orientadoras para elaboração do orçamento;-----

---- Ponto cinco: Balanço sobre o primeiro período pelo Diretor, Professor Aurélio Nascimento.-----

---- Ponto seis: Proposta de alteração ao regulamento Interno.-----

---- Ponto sete: Proposta de aditamento de anexo ao regulamento interno e projeto educativo.-----

---- Ponto oito: Constituição de uma comissão permanente/trabalho.-----

---- Ponto nove: Mapa de férias do Diretor.-----

---- Ponto dez: Outros assuntos.-----

---- Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos, o Presidente deu posse aos novos conselheiros, solicitado – de seguida – a apresentação de todos os conselheiros.-----

---- Quanto ao ponto dois da ordem de trabalhos, o Presidente solicitou a opinião dos conselheiros em relação à eleição dos representantes dos alunos no conselho geral, uma vez que era necessário decidir se os alunos terminavam o seu mandato (havendo continuidade pelo segundo ano consecutivo) ou se desencadeava novas eleições. Foi aprovada por unanimidade a proposta relativa à continuidade dos mesmos (possibilitando assim o término do seu mandato).-----

---- Sobre o ponto três, foi dada a palavra à representante dos pais do primeiro Ciclo, Marta Gregório, a qual referiu que no plano anual de atividades não constava a atividade "alimentação saudável" da Associação de Pais da Escola da Guia, ao que o Senhor Diretor informou que, sendo este um documento em aberto, existe a possibilidade de, a qualquer momento, acrescentar novas propostas. Disse também que essa proposta foi recebida no dia 14 de janeiro, não existindo a possibilidade de a incorporar no plano de atividades. De seguida, o representante de Pais do Ensino Secundário, João Patacão manifestou a sua opinião, reforçando que este documento é complexo, existindo dificuldade em filtrar as atividades, devendo ser mais fácil a sua consulta, tendo Marta Gregório manifestado a sua concordância.-----

---- O Diretor explicou que existem objetivos estratégicos e operacionais, sendo esta a organização adotada pelo agrupamento e a que se afigurou a mais correta. Acrescentou que poderia ser analisada uma nova forma de se elaborar este documento, podendo passar pela sua inserção numa plataforma. Da mesma forma, os alunos do curso de programação poderão dar um contributo valioso neste sentido. Os dois representantes de Pais, manifestaram então o seu agrado a esta sugestão. João Patacão referiu também que, neste plano, estão inscritas poucas visitas de estudo.-----

---- A representante do pessoal docente, Professora Lurdes Pereira acrescentou que no primeiro Ciclo, por vezes, não é possível realizarem-se mais visitas de estudo, devido ao facto do transporte nem sempre estar assegurado pela Câmara Municipal de Albufeira (CMA). O Conselheiro José Carlos Rolo informou então que a Câmara Municipal de Albufeira tem critérios definidos para a utilização de transportes, podendo nem sempre existir disponibilidade do mesmo mas, tal não será sinónimo de não poderem ser realizadas estas visitas de estudo, podendo ser encontradas outras alternativas.-----

---- O conselheiro João Patacão, referiu que o número de atividades era reduzido, nomeadamente visitas de estudo nos 2.º, 3.º ciclos e secundário, tendo em conta a dimensão do agrupamento. Sendo estas da iniciativa dos docentes, esta situação poderia ser o resultado da desmotivação do corpo docente que os alunos lhe têm referido. O Diretor respondeu que a desmotivação era igual à dos outros agrupamentos e que não tinha verificado tal situação no dia-a-dia no agrupamento.-----

---- A representante dos encarregados de educação do Pré-escolar, Roberta Gerardo, informou que no Jardim de Infância da Guia se tem deletado falta de comunicação entre os professores, mencionando que existem frequentemente alterações nas atividades mas como os professores são frequentemente substituídos, as informações não lhes são transmitidas em tempo útil.-----

---- O Diretor informou que a componente de apoio à família é da competência da Câmara Municipal de Albufeira, sendo que o Agrupamento se limita a efetuar supervisão pedagógica, dado que os animadores são colocados e dirigidos pela autarquia. O conselheiro José Carlos Martins Rolo informou que estes assuntos deverão ser tratados com a Dr.ª Cália Estrela nas instalações da autarquia. Este ponto foi então posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

---- Seguidamente o Presidente considerou a colocação da ata da reunião anterior à votação, tendo o conselheiro Luís Dionísio solicitado a retificação da terminologia da mesma, informando também que necessitava de analisar novamente esta ata, ao que o Presidente decidiu remeter a aprovação para a próxima reunião do Conselho Geral.-----

---- Sobre o ponto quatro, o Diretor explanou as linhas orientadoras para elaboração do orçamento, referindo que definir linhas para o orçamento é cada vez mais complexo, pois a D.G.E.S.T. é quem decide o valor do orçamento em termos de despesas de capital, acrescentando que não se tem deixado de fazer, seja o que for, por falta de dinheiro, exemplificando que a Escolas D. Martim Fernandes e Secundária, têm ambas ar condicionado em todas as salas, assim como quadros brancos (onde foi abolido o giz, pernicioso à saúde), da mesma forma foi reformulada a sala onde se reúne o Conselho Geral e Pedagógico, sem qualquer participação do Ministério da Educação, ou seja com verba exclusiva do orçamento privativo. Este ponto foi aprovado por unanimidade.-----

---- Pelas dezoito e quarenta ausentou-se o Conselheiro José Carlos Martins Rolo.-----

---- No que concerne ao ponto cinco, o Diretor explicou como funciona a bolsa de recrutamento dos professores, manifestando preocupação pela complexidade da mesma e respetivos efeitos limitativos. Fez, de seguida, o balanço do primeiro período, apresentando os gráficos em que se constatava o sucesso e insucesso dos alunos deste agrupamento, explicando que existem disciplinas, como a matemática e físico química, cujos resultados precisam de ser melhorados. A conselheira Inês Cabrita agradeceu a forma paciente e elucidativa como este ponto foi esclarecido pelo Senhor Diretor.-----

---- Relativamente ao ponto seis, sobre as propostas de alteração ao Regulamento Interno, a conselheira Marta Gregório interveio, indagando sobre qual a razão dos alunos não participarem no projeto educativo nem estarem representados no Conselho Pedagógico, sendo que o Diretor esclareceu que a lei não permite a representação no conselho pedagógico mas que estão representados no conselho de turma e conselho geral, sendo as propostas de alteração ao regulamento interno apresentadas pelo Diretor no conselho geral, ouvido o conselho pedagógico.-----

---- Informou também que existindo 32 nacionalidades diferentes no agrupamento, propõe a figura do "Provedor do Aluno Migrante", explicando que este poderá melhorar a integração destes alunos, servindo assim este Provedor como um elemento facilitador do sucesso escolar dos alunos. Passará a ser um dos membros do Conselho Pedagógico, sendo competência do Diretor a sua nomeação. O Conselheiro Luís

Dionísio, solicitou um esclarecimento relativamente ao artigo 103, e foi esclarecido pelo Diretor. Este ponto foi então aprovado por unanimidade.-----

--- O Presidente, atendendo a que já tinham decorrido duas horas e apenas estava terminado o ponto seis, faltando quatro pontos da ordem de trabalhos, propôs aos conselheiros, a título excepcional, a continuidade dos trabalhos por mais trinta minutos, o que foi aprovado por unanimidade.-----

--- No que se refere ao ponto sete, o Diretor explicou que havia sido criada uma comissão especificamente para elaborar o regulamento interno, ainda durante o período de funções do Conselho Geral Transitório, acrescentando que este regulamento não pode conter nada que não esteja de acordo com a Lei, propondo que seja aditado como anexo ao regulamento interno e projeto educativo os "Critérios pedagógicos para constituição de turmas", propondo que seja aditado ao regulamento interno e projeto educativo, o documento de "Critérios Pedagógicos para constituição de turma". Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.---

--- No ponto oito, o Presidente propõe a constituição de uma comissão permanente/trabalho, conforme o previsto na lei.-----

---- Referiu ainda que a comissão seria para realizar trabalho que não é possível ser elaborado durante as reuniões ordinárias do órgão, exemplificando com a avaliação/accompanhamento da execução do Projeto Educativo que, até ao momento ainda não foi realizada.-----

--- O Diretor interveio, referindo que, apesar de a lei o permitir, não considera tal necessário, considerando preferencial a formação de vários grupos de trabalho, pois esta comissão permanente é suscetível de trazer alguns conflitos e acarretar uma má imagem ao agrupamento.-----

Os Conselheiros Indaleta Cabrita, Luís Dionísio, João Palacão, Lurdes Máximo e Lurdes Afonso manifestaram a sua preferência pela criação do grupos de trabalho. Posto a votação, a proposta foi rejeitada, tendo havido um voto a favor e dez contra, dois conselheiros estavam ausentes da sala.-----

--- Acerca do Ponto nove, o Diretor informou que diariamente existem muitas tarefas a executar e, como tal, só goza férias quando há oportunidade, não tendo há alguns anos, gozado as férias a que tem direito (gozando cerca de uma semana por ano), não estando a reclamá-las, vem solicitar, havendo possibilidade, que lhe seja autorizado a gozar as férias do ano anterior até finais do mês de março deste ano e as férias de dois mil e dezoito até ao final do mês de dezembro, sem prejuízo das atividades do agrupamento. O Mapa de férias do Diretor, foi aprovado por unanimidade.-----

--- A terminar, no ponto dez, o conselheiro Carlos Vieira, representante da atividade local – Associação de Nadadores Salvadores de Albufeira (ANSA), interveio explicando que a ANSA não tem fins lucrativos, que ao longo dos anos já deu formação a alunos, inclusivamente aos alunos do curso de formação de salvamento em meio aquático e que esta Escola tinha isto em conta, quando esta Associação lhe pedia instalações para formação aos nadadores salvadores não lhe era cobrado nenhuma quantia. Este conselheiro mostrou o seu desagrado devido à resposta da última solicitação de instalações, uma vez que foi informado que teria de pagar por tal. O Diretor informou que a decisão foi tomada pelo conselho administrativo, baseada nos critérios de cedência de instalações mas que tem muita consideração por esta Associação, sendo que este critério poderá ser reformulado em face de uma exposição fundamentada sobre o assunto. O Conselheiro reforçou

que as instalações deste agrupamento tem as condições necessárias para estas formações mas que a taxa que os formandos pagam não pode ser para fazer face ao pagamento das mesmas.-----

---- O Conselheiro João Patação solicitou esclarecimento relativo à turma de humanidades, que optou pela disciplina de Inglês no décimo segundo ano, tendo em conta que tinha gostado imenso de ter trabalhado com a professora, sendo que os pais gostariam de saber se a Professora que os acompanhou deu continuidade ou não e se tal é possível. O Diretor comprometeu-se a verificar.-----

---- O mesmo conselheiro indagou, relativamente ao regulamento interno, se a avaliação aferida vai continuar a ser feita. O Diretor informou que, no presente ano, já não vai ser feita, sendo que o objetivo desta avaliação, era habituar os alunos a realizarem provas efetuadas por outros professores, provas estas que eram feitas em substituição de um teste.-----

---- O Conselheiro retorquiu com os critérios de transição e aprovação do primeiro ciclo e do ensino secundário não estavam definidos no regulamento interno, os do segundo ciclo sim, mas do sexto ano não estavam de acordo com a lei. Apenas os do terceiro ciclo se apresentavam de forma clara. Entendia então que o Regulamento Interno devia ser claro e apresentar as condições de transição ou aprovação para todos os ciclos e não alguns. Referiu ainda que a importância dada aos testes de avaliação nos critérios de avaliação desvirtuava o constante nos normativos que estimulam a variedade dos instrumentos de avaliação, considerando mesmo que tal era desvirtuar o que se pretende numa escola. Sugoriu que se revisse esta parte do referido regulamento dispondo-se a propor alterações. O Diretor negou tal pretensão esclarecendo que o Conselho Geral não faz propostas de alteração ao Regulamento Interno. Essa competência é do Diretor ouvido o Conselho Pedagógico.-----

---- A conselheira Marta Gregório mostrou o seu desagrado por os alunos do primeiro ciclo não poderem escrever nos manuais escolares. O Diretor informou que este assunto não é competência do Conselho Geral.

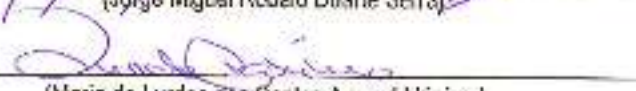
---- O Presidente informou os conselheiros que iria convocar uma reunião extraordinária daqui a um ou dois meses.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.-----

---- O Presidente do Conselho Geral:


(Jorge Miguel Rebelo Duarte Serra)

---- A Secretária:


(Maria de Lurdes dos Santos Amarel Máximo)